



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 130ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Jurandir Messias, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Aragão de Mattos Leão (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Antônio Facci, David Federmann, Egon Pudell, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 200/76, veto apostado ao Projeto de Lei 84/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-277, passa pela sede do Município de Catanduvas e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. —

OFÍCIO 89/76

Curitiba, 07 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 23/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei 84/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de

estrada de rodagem que partindo da BR-277 (km. 361), passa pela sede do Município de Catanduvas, e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento ao Projeto decorre, ainda, de informação prestada pela Secretaria de Estado dos Transportes, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já assumidas pelo referido órgão não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em discussão a Proposição 200/76, que se relaciona com o veto apostado ao Projeto de Lei 84/75, de autoria deste Deputado, que pretende autorizar ao Poder Executivo transferir ao DER para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que partindo da BR-277, km. 361, passa pela sede do Município de Catanduvas e pelos distritos de Santa Cruz e Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

Aprovado que foi o projeto por esta Colenda Assembléia e por este egrégio Plenário, foi encaminhado à sanção do Governo e ele, através de sua Chefia Executiva, vale dizer do próprio Governador, houve por bem vetar esta iniciativa estribado no disposto do § 1º do art. 28, e também no disposto no art. 45, inciso III, porque entendeu inconstitucional o projeto de origem deste Poder Legislativo.

O autógrafo pretendia e pretende autorizar o Poder Executivo a proceder através do seu Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria deste trecho de estrada que não é muito grande, diga-se de passagem, é cerca de 40 km, não há razão objetiva para que o Governo possa vetá-lo. Aliás, tem sido sistemática a posição governamental no sentido de vetar os projetos de idêntica natureza, e de mesmo objetivo, com base nos mesmos dispositivos constitucionais.

Não podemos entender, num Estado onde a necessidade de expansão de seu sistema viário, sobretudo nas regiões que propiciam aos cofres públicos, uma quantidade elevada de tributos não só ao Governo do Estado, mas também ao Governo Federal, não podemos entender porque o Governo do Estado não avoca para si, quando o Município é de pequeno porte, como é o caso de Catanduvas, não sei porque o Governo não assume esta responsabilidade.

E fala, invocando os artigos 25 e 35 da Carta Política, que a competência para iniciativa de Leis desta natureza que visem a criação, aumento ou autorização de despesa pública, pertence exclusivamente ao Governo Estadual.

Já tivemos ocasião de discordar da forma com que as Constituições têm sido instituídas no Brasil, sobretudo a partir de 1964. Recordar-se que em 46, por força de liberal democracia instituiu-se no País, uma das Cartas Políticas mais autênticas do Regime Democrático. E diversas nuances sofreram nos seus

dispositivos, até chegarmos no estágio de exceção em que vivemos. É justamente neste aspecto que, recordando que há 149 anos quando se instituiu no Brasil, a criação dos cursos jurídicos, quando se instalou em São Paulo as Faculdades de Direito para que este País pudesse também dar uma iniciação no seu aspecto mais profundo de cultura, a cultura jurídica que de resto, representa o substrato da evolução cultural de um povo não se poderia deixar passar em aberto esta lembrança, justamente porque, quando coincide com esse aniversário de 149 anos da instituição dos cursos jurídicos no País, temos que voltar a fazer crítica de uma Constituição que é o rompimento, o tolhimento, o impeditivo da liberdade de ação do Poder Legislativo, e é justamente neste aspecto que tenho procurado reafirmar desta tribuna, minha decepção com a forma de se legislar Constituições neste País, a partir de 1964.

Ouvia hoje, de um Professor de Direito, que o super Poder Executivo, impedindo de certa forma até, a liberdade de agir, a liberdade de ação do Poder Legislativo, cria, naturalmente, um óbice ao próprio desenvolvimento, não só ao desenvolvimento político mas ao próprio desenvolvimento social, ao próprio desenvolvimento cultural.

E não poderia estranhar que S. Exa., com a frieza da caneta do Poder, pudesse marginalizar pela raiz ao menos a prioristicamente, a pretensão de se transpassar para o Estado do Paraná o encargo de uma estrada da importância que é essa estrada alimentadora, a estrada que demandando do Sudoeste, transporta produtos e alcança a BR-277, e a importância maior dessa estrada é no sentido de que, ao carrear os produtos agrícolas da região Sudoeste, basicamente relacionada com a região de Salto do Lontra, transpondo o Rio Iguaçu, alcançando aquela região que muitas divisas têm trazido não só na extração da madeira mas, sobretudo, na produção agrícola que é Três Barras, no Município de Catanduvas.

Fala-se na produção de milho e é ali, exatamente ali, já tivemos oportunidade de provar desta mesma tribuna, que a maior parte do milho exportado, nasce naquela região e, pela deformidade dos terrenos. . .

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com muito gosto, Deputado, só quero completar meu raciocínio.

E é justamente naquela região onde o acidente geográfico é uma permanente formosura na paisagem criada pela natureza, região propícia, por isso mesmo, pela sua fertilidade, pela sua geografia, permite produção avantajada de milho, de feijão, de arroz e de outros cereais que são transportados, galgando a BR-277 e passando Campo Mourão para alcançar a paulicéia.

Tem o aparte o nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Inicialmente queria cumprimentá-lo por usar da tribuna para debater este veto apostado a projeto de lei de sua autoria, pelo Sr. Governador do Estado.

Não é a primeira vez que V. Exa. age desta maneira, a evidenciar o esmero, a correção e a dedicação com que V. Exa. exerce o mandato de Deputado Estadual.

Mas, diante deste veto, não posso fugir à tentação de trazer à baila alguns argumentos muito importantes que, talvez, não tenham sido observados pelo Governador do Estado ao apor mais este veto, a meu ver, como já denunciei certa feita, inconseqüente; outros projetos de lei, autorizatórios, não foram vetados. Este foi. O que se depreende é que não está havendo a atenção tão proclamada do Governo do Estado para com as questões municipais.

Todos sabemos que o Fundo Rodoviário Nacional com que todos contribuimos, destina ao Município, apenas 12 por cento do total arrecadado, quando, mais de 50 por cento das estradas deste País, estão sob a responsabilidade dos Municípios.

Mas o que me surpreende e que evidencia a má fé de um argumento muito usado no nível municipal, sobretudo, nesta época de eleições — é aquele de que, se eleito for o Prefeito do MDB, o Governo do Estado nada faria para aquele Município. Aí está, o exemplo de que não faz, seja prefeito do MDB ou da ARENA. Pelo contrário, faz quando é do MDB, não faz se quando da ARENA, Esta estrada, cuja responsabilidade deveria ser do DER, liga dois municípios importantes, administrados por Prefeitos da ARENA e há o descaso e a desatenção do Poder Público Estadual para com esta estrada, a demonstrar que este argumento, usando por deprecição, ou não, da Administração Estadual, não é verdadeiro. E não é verdadeira, também, aquela afirmativa de que o Governador andou fazendo, amiudamente, pelo interior do Paraná que, sendo prefeito da Arena, ele ajuda; sendo o Prefeito do MDB, não ajuda. A verdade é que não ajuda ninguém, porque a ajuda não depende dele.

A verdade é que os municípios administrados pro Prefeitos da Arena estão sofrendo por má administração; ao contrário dos municípios administrados por Prefeitos do MDB, que apresentam as melhores administrações em todo Estado do Paraná.

Apenas para evidenciar este fato, é que apresentamos e formulamos este aparte ao discurso de V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa. que bem dimensiona a liderança, de direito e de fato, que V. Exa. tem junto à bancada da Oposição.

Agradeço mais, a lembrança de que os municípios padecem de um mal incorrigível, ao menos, a este tempo, o fato de arcarem com 80 por cento das obrigações públicas perante os seus municípios; 80 por cento para ser generoso, porque, na verdade, 80 por cento da arrecadação que o Município faz, é levada pelo Governo Federal, e pelo Governo Estadual, mais de 80 por cento.

Porque somente 12 por cento, Deputado, pertencem aos cofres do Município, e assim mesmo percebidos depois que a arrecadação é entesourada nos cofres frios e distantes do Poder Central e do Poder Estadual.

Realmente, ao Município que está subtraído, na sua autonomia administrativa, ao município e ao Estado também, mas sobretudo ao município que é a grande vítima da centralização do Poder, das decisões, distante daqueles que deveriam lhe oferecer uma atenção maior, uma atenção melhor. O meu desapontamento alcança ainda mais as palavras ou as razões do veto, quando em outros projetos também de nossa lavra e de outros nobres Deputados, buscam estribo no aspecto de que a informação prestada pela Secretaria de Transportes considera inoportuna a medida que poderia sancionar o projeto de lei, pelo fato das obrigações já assumidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, ou pela Secretaria de Transportes não permitirem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Se são substanciais recursos financeiros, se o Estado não tem condições de dar melhoria às estradas alimentadoras do progresso, como se poderia entender que o município do porte de Catanduvas, um dos pequenos municípios deste Estado, como se poderia compreender que ele que representa menos de 1 por cento, menos de 1 por cento, como poderia ele arcar com o ônus da manutenção e da melhoria e da conservação de uma estrada da importância que é esta, que liga o Sudoeste com o Oeste do Paraná?

Não posso compreender e jamais vou aceitar argumentos frios como este. Não só por ser este, mas por ser mais um argumento "ipsis literis" inseridos nas razões do veto, como é o caso deste projeto de lei.

Vou além. Já tive ocasião de propor outros projetos e outros requerimentos da mesma natureza, em regiões outras. Por exemplo, em outros aspectos. No município de Guaraniaçu, que concorre com Catanduvas neste concurso de maior produtor

de milho do Paraná, neste Município de Guaraniaçu, uma estrada que liga a BR-277 aos municípios de Roncador, de Nova Cantu, de Palmital, Campina da Lagoa, até hoje não temos notícia.

E realmente, eu venho à tribuna, como em outras oportunidades, dizer que o Oeste do Paraná, ressalvada a hora em que a estrada que liga Campo Mourão - Cascavel despertou do sono, despertou deste descansado sono da administração para fazer aquela estrada que ainda não está concluída, o Oeste do Paraná está pilhado, está separado, está dividido, está distanciado, está marginalizado pelo Poder Público Estadual e Federal, no sentido de uma interligação, de uma integração do Sudoeste com o Oeste e com o Noroeste do Estado.

Ademais, a Sete Quedas de Guaíra, as Cataratas do Iguaçu, que têm carreado divisas até do Exterior para o nosso País, e para nosso Estado, somente tem uma veia de ligação que é a BR-277. Esta BR-277, que se iniciou em 1944, e que só foi concluída em 1968. Não posso ficar omissos neste Parlamento, e não posso deixar de chamar a atenção, de que muitas vezes, o próprio Governo esquece que esta região, marcada por Laranjeiras do Sul, por Palotina, por Toledo, por Cascavel, por Matelândia, por Guaraniaçu, por Medianeira, Santa Helena, Guaíra, Cândido Rondon, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, todas estas comunidades pertencem ao Oeste do Paraná. E que entre elas, não há uma interligação entre o Sudoeste e o Noroeste, compatível com as necessidades do desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador, que seu tempo está esgotado.

Está na hora de se instalar a sessão ordinária. Portanto, deve levantar a sessão, transferindo a continuação da discussão e votação para a sessão de amanhã.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com o devido acatamento e respeito à Presidência, prosseguiremos na próxima sessão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, após a realização da sessão ordinária, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Jurandir Messias, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Aragão de Mattos Leão (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Antonio Facci, David Federmann, Egon Pudell, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Sr. ARNALDO BUSATO, Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, sob o número 08/76, que encaminha o cronograma de Vacinação Contra a Meningite Meningocócica a ser efetuada em todo o Estado do Paraná, encarecendo na oportunidade, a valiosa colaboração deste Poder, no sentido de esclarecer à população paranaense, de premente necessidade das crianças da faixa etária compreendida de seis (06) meses a quatro (04) anos incompletos, de serem revacinados, a fim de ser debelada por completo essa enfermidade de graves conseqüências. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 412/76, do Sr. BENEDITO PINTO DIAS, Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, no qual encaminha a este Poder cópia da proposição do Senhor Manoel Romão Netto, Prefeito Municipal de Porto Rico, aprovada durante a realização do 58º Encontro desta entidade no qual solicita a oficialização da Escola Normal de Porto Rico. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor PAULO PRESENHUK, ocorrido no último dia 7, na cidade de União da Vitória.

O extinto era comerciante naquela cidade, seu falecimento deixa enorme lacuna, pois gozava de grande estima.

Requeremos, ainda, que se comunique à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente às direções dos bancos Banco Bamerindus do Brasil S/A e Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando providências no sentido de instalação de agências no distrito de São João, Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

As férteis terras, aliadas a benéficas condições climáticas, são os fatores preponderantes do estupendo desenvolvimento do dinâmico Distrito Judiciário de São João, membro e esteio econômico do progresso do Município de Altônia.

Altônia destaca-se no cenário agrícola paranaense como o maior produtor de café e, na ostentação desse privilegiado primeiro lugar, conta com a participação de seu distrito maior — o Distrito de SÃO JOÃO, onde já estão radicados mais de 18.000 habitantes, um índice populacional que supera o de muitos municípios brasileiros, inclusive até sedes de comarcas.

Assim respaldado, assim posicionado, é justo e meritório que São João seja digno dos melhores olhares dos empresários paranaenses.

Encarecemos então, o aval desta Casa à presente reivindicação, cujos resultados irão, indubitavelmente, ao encontro dos mais sérios anseios da laboriosa gente daquele pedaço deste Estado.

Aos homens de visão e tirocínio empresarial, dirigentes das sólidas organizações — BAMERINDUS E BANESTADO —, pleiteamos então, providências no sentido de dotarem o Distrito de São João, de suas sucursais, de suas agências, contribuindo assim, para o célere desenvolvimento daquele território, ativo participante do enriquecimento do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Amadeu Puppi, Presidente da Associação dos Campos Gerais, uma atenção ao meio de criação do Curso de Engenharia Agrônômica na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pois visto é, e de conhecimento do próprio Presidente da República, quando de sua estada na Princesa dos Campos indagava da existência do curso ao Sr. Reitor, e era informado da inexistência do mesmo que agora justamente com os Prefeitos da região, com os Presidentes das Cooperativas, Representações Políticas da região, enfim, com a comunidade da cidade e dos Campos Gerais, novamente encetasse um movimento para a criação do curso juntamente com a Reitoria de nossa Universidade, para atender aos anseios não só da cidade e da região, mas de todo o Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 84/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bocaiuva do Sul, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de TUNAS, e que foram entregues à responsabilidade daquele Município pela Administração de Recursos Hídricos em 19 de agosto de 1975, e constantes da relação do Setor de Patrimônio daquela Administração.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Os bens e materiais que pretendemos sejam transferidos ao Município de Bocaiuva do Sul, são os constantes de levantamento discriminado no documento anexo, elaborado pelo Setor de Patrimônio da Administração de Recursos Hídricos, em 19 de agosto de 1975, e que já se encontram sob a responsabilidade daquele Município e que compõem a Usina de Tunas.

O material perecível é totalmente inaproveitável. Hoje praticamente poderá ser aproveitado para eletrificação rural ou a outra finalidade de interesse municipal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Estivemos na última segunda-feira fazendo uma visita ao Fórum de Londrina, procurando sentir mais de perto o grave problema que enfrenta o Poder Judiciário em nosso Município, face ao grande volume dos trabalhos forenses. E pudemos sentir que os Juizes e cartorários se acham

asoberbados por um volume de serviços realmente superior à própria capacidade de atendimento.

Tal fato aliás, já é sabido de longa data, e isso é tão verdade que na última reforma da Lei de Organização Judiciária do Estado do Paraná, foram criadas mais 4 varas na Comarca de Londrina sendo duas varas cíveis e duas criminais.

E para que se tenha uma idéia rápida do movimento forense de Londrina, basta que lembremos que apenas nos primeiros 7 meses deste ano, já tinham passado pelos cartórios criminais cerca de mil e 300 feitos, enquanto pelo Cartório Distribuidor já haviam passado perto de 10 mil feitos, somente na área cível.

O que é preciso então é que se encontre urgentemente uma fórmula capaz de dar solução ao problema.

Solução que exige a imediata instalação das novas varas recém-criadas.

Há um movimento em Londrina para que o prédio da Telepar, que fica anexo ao edifício do Fórum, pudesse ser utilizado para o funcionamento de novas varas.

Existe também a pretensão de que se utilize o atual prédio do Centro de Saúde, também localizado próximo do Fórum, passando o Centro de Saúde a funcionar nas antigas instalações do Hospital Universitário.

Ou em última análise, que fosse locado um imóvel que pudesse abrigar todas as Varas Criminais, ficando as Cíveis e de Menores no atual prédio onde funciona o Fórum.

A verdade no entanto, é apenas uma: seja qual for o novo local, o importante é que sejam imediatamente instaladas as novas Varas da Comarca de Londrina, única forma capaz de permitir seja solucionado o angustiante problema vivido pela nossa Justiça.

E é nesse sentido o nosso apelo, hoje, desta tribuna.

Um apelo para que com a participação efetiva do Governo na solução do impasse, possam o Governador e o Presidente do Tribunal de Justiça resolver tão justos reclamos da própria população londrinense".

Era o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No instante em que entramos no limiar de uma era de correção da violência que se tem feito com o dinheiro público, na oportunidade em que a imprensa brasileira principia a esclarecer fatos que já conhecíamos há muitos anos, e que há muitos anos sobre ele debatíamos, hoje, analisando, como é de nossa responsabilidade, os destinos do dinheiro público do Paraná, e tomando por base algumas queixas e reclamações, formalizadas verbalmente por pessoas ligadas ao próprio Governo do Estado, entraremos com requerimento indagando sobre o quanto o Governo do Estado dispense com a manutenção do escritório de representação do Estado, na Capital do Rio de Janeiro.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos. (lê):

"Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer ao Sr. Governador do Estado, informações sobre o quanto dispense o Governo mensalmente com o Escritório de Representação do Estado, na Capital do Rio de Janeiro.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista denúncias relacionadas com excessos de gastos efetuados pelo Estado para a manutenção de funcionários e com relação a outras despesas, requer as seguintes informações:

a) — Quanto dispense mensalmente o Governo do Estado, correspondente ao pagamento de funcionários que prestam serviços no referido Escritório.

b) — Quantos funcionários se encontram atualmente lotados na representação do Governo naquele Estado.

c) — Qual o valor dispendido em cada mês na manutenção de outras despesas.

d) — Qual a dotação orçamentária aplicada para a manutenção das despesas gerais.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO"

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi lido, no expediente da sessão de hoje, um requerimento assinado pelo nobre Deputado Accioly Neto, em que é requerido um voto de regozijo pelo transcurso da data de 11 de agosto.

Associando-nos à iniciativa do ilustre Parlamentar, estamos também, encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, a fim de que seja votado juntamente com aquele requerimento, o requerimento que, também, fazemos, e que está vazado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se hoje a fundação do 1º curso jurídico do Pafs, o de Olinda, que se verificou no ano de 1827. Por essa razão, é hoje também a data consagrada ao advogado.

Em função disso, este Deputado requer seja registrada em Ata a referência que fazemos ao significado que a efeméride nos propõe, lavrando-se voto de regozijo pelo seu decurso.

Não se poderia também deixar de aludir a Rui Barbosa, o maior advogado de nossa Pátria. Em "Palavras à Juventude", declarou de si mesmo a seguinte verdade: "Estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal".

Advogado como foi, Rui embrenhou-se outrossim, no ardor da vida política. Sua atuação como homem público é exemplo para todos nós: a dedicação, a dignidade na conduta dos debates, o respeito aos princípios de democracia e liberdade, a consciência de que a arena política não encerra os problemas transcendentais do homem, o amor ao trabalho desinteressado, a preocupação de oferecer à mocidade ideais são e dignificantes, enfim, nas palavras de sua filha Maria Adélia, Rui "viveu na força de um ideal que volta o homem para Deus, para os valores que dele decorrem. Esses valores são os que devem ser vividos, mesmo nas coisas mais humildes de cada dia, para que o homem deixe de ser mero instrumento de suas paixões. Penso ter sido esta a grande afirmação da vida daquele que ambos cultuamos.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

A Mesa tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, do Sr. Sebastião Cassilha, Vereador em Morretes, assim como a satisfação de anunciar a presença do ilustre Deputado Olivir Gabardo, da bancada do MDB na Câmara Federal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "1. De conformidade com o texto da lei 6763, de 24 de dezembro de 1975, o Governo do Estado majorou em 30 por cento os vencimentos dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar, tendo esse reajuste entrado em vigor a contar de 01 de janeiro de 1976.

Nas mesma data, o Sr. Governador do Estado assinou o Decreto 1417, aprovando as tabelas correspondentes ao aumento.

2. Tais fatos foram reflexo do Decreto-Lei 1348, de 24 de outubro de 1974, em que o Governo da União reajustou os ganhos de seus servidores em 30 por cento, a partir de 01 de março de 1975.

3. Forçoso é observar que a União, sempre que promove o reajuste de vencimentos, concomitantemente faz o reajuste de salários, proventos e pensões do seu pessoal ativo e inativo.

4. A rigor, os aumentos salariais passaram a se constituir norma pacificamente acatada pelos empregadores a contar da vigência da Lei 4725, de 13 de julho de 1965, que adotou as normas constantes da CLT, em seus artigos 856 a 874, e mais no seu Artigo 2º estabeleceu a forma de serem calculadas as taxas de reconstituição do salário real médio de cada categoria, nos últimos 24 meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa.

No seu artigo 12, a mesma Lei 4725, estabelece que "Nenhum reajustamento de salário será homologado ou determinado pela Justiça do Trabalho antes de decorrido um ano do último acordo ou dissídio coletivo, não sendo possível a inclusão da cláusula de antecipação do aumento salarial durante o prazo da vigência da sentença normativa".

5. Anteriormente, pela Lei 1890, de 13 de junho de 1953, foram aplicados dispositivos da CLT, aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas. E, mais recentemente, a primeira turma do egrégio TST, em acórdão de lavra do eminente Ministro Fábio Mota, assentou que

"a sistemática legal da CLT aplica-se aos contratos de trabalho, inclusive àqueles em que o empregador é ente público" (Ementário Forense, janeiro de 1976, número 326).

6. A partir da vigência da Lei 6174, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre o reajustamento coletivo de salários das categorias profissionais, o Poder Executivo da União tem baixado, mensalmente, por ato próprio, o fator de reajustamento salarial correspondente a cada mês, com base nos princípios estabelecidos no Artigo 2º dessa Lei que reza:

"O fator de reajustamento salarial será obtido, multiplicando-se os seguintes fatores periciais:

a) a média aritmética dos coeficientes da atualização monetária dos salários dos últimos doze meses;

b) o coeficiente correspondente à metade do resíduo inflacionário previsto para um período de doze meses fixado pelo Conselho Monetário Nacional;

c) O coeficiente correspondente à participação no aumento da produtividade da economia nacional no ano anterior, fixado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

d) o quociente obtido entre o coeficiente relativo à metade da taxa de inflação efetivamente verificada no período de vigência do antigo salário e o correspondente à metade do resíduo inflacionário usado na determinação deste salário".

Vale acentuar que nos casos do reajuste salarial vir a ser feito quando a última revisão tenha ocorrido há mais de 12 meses, compete à Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho calcular a taxa de reajustamento salarial, fornecendo-o quando solicitada pelo órgão competente.

7. No mesmo ano de 1974, o Governo da União, pelo Decreto-Lei 1313, de 28 de fevereiro, havia majorado em 20 por cento os vencimentos, salários, proventos e pensões do pessoal ativo e inativo.

Em 1973, adotando a mesma norma já anteriormente seguida, foram majorados os vencimentos, salários, proventos e pensões do pessoal ativo e inativo da União, pelo Decreto-Lei 1256, de 26 de janeiro de 1973.

8. A União, embora com alguma demora, procurava colocar o servidor noutra estrutura jurídica. Surgiu a Lei 5645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece as "diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das Autar-

quias federais". No artigo 8º dessa Lei ficou estabelecido que a implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta, preponderantemente:

1) — A implantação prévia de reforma administrativa, com base no Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;

2) — O estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e,

3) — existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Outras regras de importância real foram estabelecidas pela enfocada Lei 5645, entre as quais, para que se tenha uma idéia da importância com que é encarado pelo Governo Federal o Plano de Classificação de Cargos, convém citar:

a) — os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se em grupos básicos;

b) — cada Grupo abrangendo várias atividades, segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, (cada um) com sua própria escala de nível, a ser aprovada pelo Poder Executivo;

c) — a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, será assegurada por uma Equipe Técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo do Grupo a que pertencem;

d) — observado o disposto na seção VIII da Constituição Federal e em particular no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente dessa lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;

e) — à medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria passarão a integrar Quadro Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que conhecerem, serão suprimidos, quando vagarem;

f) — para efeito do disposto no artigo 108, § 1º da Constituição, as diretrizes dessa lei, inclusive a regra mencionada no item anterior, se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

9. Dando cumprimento às normas citadas, o Governo da União vem promovendo a transposição de cargos e empregos permanentes para as Categorias Funcionais dos Grupos respectivos, incluindo-os no novo Plano de Classificação de Cargos, abandonando o antigo sistema de reajustamentos.

Para citar dois exemplos concretos, fazemos remissão aos Decretos 77.474, de 23 de abril de 1976, e 77.960, de 05 de julho de 1976, que dispõem, respectivamente, sobre a aludida transposição de cargos e empregos do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho e da Universidade do Paraná: em ambos, os efeitos financeiros do respectivo ato vigorarão a partir de 01 de novembro de 1974. Conclui-se, também, que o Plano visa corrigir as injustiças dos reajustes, em que os melhores salários recebem maiores aumentos, ficando à míngua os salários inferiores.

Assim é que, junto à Delegacia do Trabalho, nesta Capital, constata-se que os funcionários que percebiam salários de 800 cruzeiros mensais passaram, com a sua nova classificação no Grupo correspondente, a perceber Cr\$ 2.649,00 por mês, além de terem percebido toda a diferença de salário em atraso a contar de 01 de novembro de 1974.

10. No Paraná, a carta Estadual prescreve no seu art. 63:

"O Estado e os Municípios observarão, no regime jurídico dos seus servidores, os princípios estabelecidos na Constituição da República e nas leis federais".

O Governo Estadual, no entanto, não vem colocando no

mesmo plano os ocupantes de cargos e empregos, conforme se constata do texto inicialmente citado da Lei 6736, de 24 de dezembro de 1975, em que o pessoal sob o regime da C.L.T. ficou à margem da proteção legal.

Não há notícia, também, de que o Poder Executivo paranaense esteja cogitando de cumprir o preceito constitucional, visando à nova estrutura jurídica para os servidores do Estado, seguindo os princípios constitucionais e legais já adotados e postos em prática pela União.

A insegurança e, em muitos casos, as flagrantes injustiças provocadas pelos desníveis salariais gritantes, tiram inclusive a autoridade moral das chefias de exigirem produção capaz e quantitativa de seus subordinados.

Tais fatos, que se verificavam na área federal, tendem a desaparecer à proporção em que o Plano de Classificação vai se estendendo.

No Paraná, entretanto, o quadro atual oferece exemplos nada dignificantes ao Governo Estadual, constatando-se, entre as mais graves irregularidades, as seguintes:

a) **Descumprimento da política de reajuste salarial.** Há setores da administração pública em que os servidores assalariados padecem há mais de 15 meses a ausência do reajuste de seus salários, o que ocorre justamente numa época em que os índices inflacionários foram os mais acentuados dos últimos 12 anos.

Não se tem notícia de que os servidores devam provocar dissídio para perceberem os reajustes previstos em lei, sendo injustificável e condenável, sob o ponto de vista social e humano, qualquer omissão do Governo a respeito.

b) **Insalubridade.** Servidores que colocam a saúde em risco e não são valorizados, apesar de toda sua dedicação e eficiência, permanecem sem receber o salário de insalubridade. A propósito, têm os tribunais do País decidido que não é o ajuizamento da ação que faz nascer a proteção legal, preexistente a condição e o direito, devendo ser pago o adicional a partir do momento em que o trabalhador sobre a incidência do agente maléfico, respeitada a prescrição bienal, conforme Acórdão número 1664/75, da 2ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A C.L.T. prevê, no seu artigo 79, o aumento de salário até a metade, nos casos de ocupações em serviços insalubres.

Mas a própria Delegacia Regional do Trabalho, que tem atendido aos casos em que a União é interessada, segundo nos informou pessoalmente o seu ilustre titular, General Adalberto Massa, desde que solicitada pelo órgão estadual competente, designará perito para avaliação dos salários dos servidores que prestam serviços em locais de fácil contaminação ou contágio. Estranha realidade, sabendo-se que uma das metas do Poder Executivo Estadual no campo social, segundo a Lei 6636, é justamente "a assistência ao trabalhador de forma a assegurar as condições de trabalho dentro de elevados padrões de segurança e higiene".

c) **SALÁRIOS ÍNFIMOS** — Outros funcionários estaduais, tendo em vista o ínfimo salário que percebem, e a necessidade de se manterem no emprego, fazem turnos dobrados e ocupam as horas de descanso em outros empregos.

d) **SERVIDORES SEM NOME** — São aqueles que trabalham sem nome, a troco de horas extraordinárias dos titulares, por falta de elementos efetivos ou contratados para ocuparem tais funções.

e) **ESCUSAS IMPROCEDENTES** — Embora existam já alegações nesse sentido, não há qualquer impedimento, face às próximas eleições municipais, para que o Governo do Estado normalize a grave situação de determinados grupos de servidores. O que está proibido pelo artigo 13 da Lei 6091, de 15 de agosto de 1954, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições parlamentares e o término, respectivamente, do mandato do Governador do Estado, são as nomeações, contratações, designações, adaptações ou qualquer

forma de provimento de funcionário ou servidor, com as ressalvas do próprio texto.

11. Ao introduzir a reforma administrativa pela Lei 6636, de 29 de novembro de 1974, aprovada de forma esdrúxula sem o conhecimento deste Plenário, o Governo do Estado pareceu esquecido de que se tratava de implantação prévia à implantação do Plano de Classificação de Cargos. Uma medida é exigência de outra, no caso, conforme se viu claramente nas disposições já citadas do artigo 8º da Lei 5645.

Face ao exposto, na forma da Constituição Estadual (artigos 15, V, 20, § 2º, e 47, XVIII), e a fim de que esta Casa possa cumprir sua precípua função fiscalizante e tenha base orientadora de seus futuros atos ou providências, requer o Deputado que subscreve o presente, ouvido o Plenário, sejam solicitadas do Senhor Governador do Estado informações para os itens abaixo:

1 — Pretende o Poder Executivo reajustar os assalariados que há mais de doze meses permaneceu sem aumento?

De que forma?

Perceberão eles todos os atrasados do reajuste a que têm direito?

2 — Quais os motivos que determinam o não pagamento do adicional de insalubridade aos empregados do Estado que têm direito ao mesmo?

Pretende o Poder Executivo efetuar esse pagamento, incluindo os atrasados a que cada um tenha direito?

3 — Determinou já o Poder Executivo a elaboração do Plano de Classificação de Cargos?

Qual a orientação adotada e quando espera o Governo iniciar a sua execução?

4 — Pretende o Poder Executivo assegurar aos servidores do Estado o mesmo direito assegurado pelo Governo Federal, no sentido de que os efeitos financeiros da implantação do Plano passe a vigorar a contar de 01 de novembro de 1974?

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976."

Assinado por este Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Por oito minutos, esta Presidência concede a palavra no Grande Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

No dia 04 de junho do corrente ano, me fazia presente nesta tribuna, para denunciar o Exmo. Sr. Presidente da República como péssimo patrão, reportando-me sobre os acontecimentos de abandono em que vivem os operários da fábrica de papel de Arapoti, encaminhado o meu requerimento, e cópia do meu pronunciamento ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e também ao Sr. Presidente da República, recebemos o seguinte telegrama, subscrito pelo digníssimo Ministro do Trabalho:

"Acuso recebimento Ofício 478/76 de cinco de maio, bem como cópia do requerimento do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, ao qual dediquei atenta leitura, considerando assunto versado se situa esfera, competência, órgão não vinculado a este Ministério".

E promete no final de sua resposta, as providências sobre os fatos denunciados. E já decorreram dois meses, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e nenhuma providência cabível, honrosa e de respeito, acima de tudo à pessoa humana, que são os funcionários daquela fábrica que é de responsabilidade do Governo.

Até parece que o Governo, ao estabelecer, pelo Decreto 399, a fixação da ração mínima do trabalhador brasileiro, pois de acordo com aquele decreto, cada cidadão deve consumir por mês: nove mil novecentas gramas de legumes; seis quilos de pães; meio quilo de café; noventa unidades de frutas, três quilos de açúcar, 750 gramas de banha e 750 gramas de manteiga; 50 gramas de sal, dois pacotes de fósforos e 30 wats de luz.

Até parece que S. Exa. através de sua assessoria legal, imaginou que este Decreto fornecia ou dava muitas condições de subsistência ao trabalhador, porque o que nós estamos vendo, o que nós vimos, e vamos continuar a ver, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sobre o tratamento dos funcionários dos operários da fábrica de papel de Arapoti, dá a impressão de que deverá sair muito breve um novo Decreto. E esse vai determinar que o trabalhador só terá direito a duas rações. Uma, no dia 01 do mês, a outra no dia 31.

Mas é importante se notar o que publicou "O Estado de São Paulo", edição de terça-feira, dia dez de agosto, com referência à relação dos gastos. Gastos objetivamente, para alimentação da casa do Sr. Ministro do Trabalho. E tem aqui, porque foi publicado na sexta página deste órgão de imprensa extraordinário, deste País, a relação da despesa mensal da cozinha do Sr. Ministro do Trabalho, do responsável pela vida, pela proteção e pelas condições alimentícias do trabalhador deste País.

Está aqui, em termos objetivos: consome-se, mensalmente, na casa do Sr. Ministro:

954 quilos de carne; 600 quilos de arroz; 300 quilos de açúcar; 156 quilos de feijão; 135 quilos de macarrão; 20 quilos de frutas; 885 quilos de verduras e legumes; 432 quilos de manteiga; 144 garrafas de suco de frutas; 296 garrafas de refrigerantes; 60 latas de óleo de soja; 90 dúzias de ovos; 32 latas de óleo de oliva.

Essas são, Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas das principais alimentações básicas, consumidas na casa do Sr. Ministro do Trabalho deste País.

Se tivéssemos tempo, iríamos enumerar quanto se gasta de cada legume e verdura. Aliás, devem ser algumas até importadas, porque não conhecemos seus nomes.

O que não gasta muito o Sr. Ministro, segundo se observa, neste orçamento, é pepino, que só se vê um quilo por mês.

O restante S. Exa. gasta um exagero... Veja-me condimentos:

baunilha, 3 vidros; canela em pó, 3 vidros; amendoim, 9 pacotes; castanha de caju, 9 latas; fermento em pó, 6 latas; passas de uvas, 500 gramas; mel de abelha, 3 vidros; castanha do Pará, 10 quilos; nozes, 10 quilos; mercadorias enlatadas formam quase 100 unidades diferentes.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). A Presidência comunica que o tempo está esgotado. Concede-lhe dois minutos para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Concedo aparte ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só quero dizer a V. Exa. que está sendo injusto, dizendo que S. Exa. consome 32 latas de óleo de oliva, V. Exa. esquece-se que o consumo de latas de soja é maior: 60 latas.

O SR. LÚCIO MACHADO — Realmente, nobre Deputado, são injustiças que ferem a dignidade do povo brasileiro.

São ações que subvertem a honra, a formação e a tradição deste País.

Sabíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desses gastos. Mas, também sabíamos que não podíamos denunciar, talvez amedrontados. Mas, esse grande sacerdócio que impera no altar desta Pátria, o jornalismo, o jornalismo sadio, o jornalismo vibrante, jornalismo ativo, jornalismo de fato, encontrou a forma de dar condições a este País, para que seu povo tenha conhecimento do esbanjamento de muitos, resultando a pobreza e a miséria em que vivem 70 milhões de brasileiros.

Acreditamos, como homem da Oposição, acreditamos como representantes do povo, acreditamos como homem público, com exercício de mandato neste Parlamento, que a personalidade íntegra do Exmo. Sr. Presidente da República

deste País, haverá de se manifestar agora, haverá de se manifestar já, coibindo este abuso, procedendo acima de tudo o conseqüente castigo a quem não tem sabido respeitar o patrimônio público, o patrimônio do povo.

À renda deste País, a super-renda desta Nação, se houver equidade na sua distribuição, justiça na sua divisão, haverá alguém mais pobre e alguém mais rico, mas não haveria, jamais ninguém tão pobre como a grande multidão do povo brasileiro.

Fica aqui o nosso protesto e tantas vezes tivermos que protestar, contra a falta de decência de quem tem responsabilidade pública, aqui estaremos, porque é esta nossa função neste Parlamento, é este nosso dever nesta Casa, é este o objetivo do homem que se propõe a representar o povo, e de atuar como seu representante.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra ao Líder do MDB, por 15 minutos.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Tendo declinado o Líder do MDB e não tendo indicado seu substituto, concedo a palavra ao Líder da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu concedo o prazo que me é reservado para que possamos ouvir a palavra do eminente Deputado Accioly Netto.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra, por delegação do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre o significado que tem a data de hoje para a Nação brasileira, aqui desta tribuna já se pronunciou, com o brilhantismo que lhe é peculiar, o eminente Deputado Muggiati Filho.

Embora pareça supérfluo que venha eu a acrescentar ao seu profundo e inteligente pronunciamento, algumas considerações sobre a data de hoje, entendi que não poderia recusar de cumprir um dever de ofício. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer, na forma regimental, a inserção em Ata de Voto de Regozijo pelo transcurso, hoje, do dia consagrado ao advogado brasileiro, eis que a 11 de agosto de 1827, por lei imperial, foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda depois Recife, em Pernambuco, e de São Paulo.

1. Como bem sitou HAROLDO VALADÃO, "à declaração de nossa independência política dever-se-ia seguir a de nossa independência intelectual".

Bem por isso, a Lei de 11 de agosto de 1827 representa a "verdadeira Carta Magna" de nossa independência cultural: deslocava-se de Coimbra para nossa terra e ampliando-se num sentido fortemente progressista o antigo e único centro oficial de formação do nosso ensino superior".

2. À criação dos cursos jurídicos, seguiu-se, como segunda e grandiosa etapa do nosso desenvolvimento jurídico, a fundação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, em 07 de agosto de 1843, tendo por fim "organizar a ordem dos advogados em proveito geral da ciência da jurisprudência".

Mais tarde, "como órgão de seleção e disciplina da classe dos advogados", foi criada a Ordem dos Advogados do Brasil pelo Decreto número 194.403, de 18 de novembro de 1930.

Ao antigo Instituto, depois apenas Instituto dos Advogados Brasileiros, ficou reservada a atividade cultural da classe.

3. Com a criação dos cursos jurídicos, em 1827, Olinda e São Paulo passaram a representar as duas capitais intelectuais do País.

Em ambas as Faculdades, que funcionavam como duas grandes sedes culturais em sistema de vasos comunicantes, é que se plasmou a unidade cultural, a unidade literária e política, base indestrutível da unidade brasileira.

Mas no esplêndido desenvolvimento das duas Academias,

os estudos e discursos políticos, filosóficos, jurídicos não abafam as excepcionais tradições literárias, por exemplo, do centenário curso jurídico de São Paulo.

E daí o fato originalíssimo de no grandioso pórtico da Faculdade de Direito de São Paulo, no frontispício de uma Faculdade jurídica, se alterem os nomes de três poetas: Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves.

Foram assim, Olinda (depois Recife) e São Paulo, os grandes e fecundos laboratórios das maiores reformas de base no Brasil, a política, com a República, e a social e econômica, com a Abolição da Escravatura.

Ali se discutiram e plasmaram os ideais, então se formaram os apóstolos e, afinal, dali partiram as vanguardas abolicionistas e republicanas.

E, quando, instituído com a República o ensino livre, nos anos noventa, vão se criar no Rio de Janeiro e nos Estados diversas Faculdades de Direito, elas se erguem sob a direção de ilustres filhos do Recife e de São Paulo.

Assim se desenvolveu a cultura jurídica brasileira nos Cursos Jurídicos do Recife e São Paulo, transbordando do quadro restritamente jurídico para o literário, o filosófico, o político, o social, na animadíssima vida intelectual daqueles dois núcleos espirituais da nacionalidade.

O transbordamento foi tão grande que pareceria ter sido o curso jurídico apenas tela, palco ou cena em que se pintaram, representaram ou projetaram motivos, peças, argumentos de toda ordem: políticos, sociais, econômicos, filosóficos, literários e mesmo jurídicos.

Mas a moldura jurídica nunca esteve de todo ausente... Ao contrário, soube enquadrar os assuntos nos supremos princípios da Justiça.

A profunda noção de justiça na ordem interna e no campo internacional, a mentalidade brasileira de repúdio à violência, à agressão e à escravidão, o espírito pátrio de amor à liberdade se cristalizaram em nossas Faculdades de Direito e dali se irradiaram pelo Parlamento, pelo Foro, pelo Governo e pela Administração, na forma gloriosa da história brasileira.

Caldearam-se em Olinda e em São Paulo desde 1828, e se expandiram e se solidificaram, em todo o país, definitivamente, através de jovens juristas, os nossos sublimes ideais de democracia, de liberdade e de justiça, coroados com a Abolição, a República, a Federação, o judicialismo e o arbitramento".

E hoje, mais do que nunca é necessário que o Poder Legislativo, ao menos por um instante e através de um gesto simbólico como voto ora requerido manifeste sua homenagem aos advogados brasileiros aos quais tanto deve a Democracia em nosso País.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. — Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 64/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 111/76, mensagem número 34/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com o município de Guaíra, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 106/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 162/75, mensagem número 44/75, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e o município de Maringá, objetivando o cumprimento de dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do aludido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 68/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 119/76, mensagem número 40/76, do Poder Executivo, que fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 69/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 03/76, mensagem número 154/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Altônia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Manoel Ribas e o Grupo Escolar Pedro Viriato Parigot de Souza, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 69/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Altônia, objetivando a execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Manoel Ribas e o Grupo Escolar Pedro Viriato Parigot de Souza, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 03/76

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de ALTÔNIA, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Manoel Ribas e Grupo Escolar Pedro Viriato Parigot de Souza, no referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício

Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Presenhuk, ocorrido em União da Vitória. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, hoje, do dia consagrado ao advogado brasileiro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela comemoração do dia consagrado ao advogado brasileiro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes às direções dos bancos — Banco Bamerindus do Brasil S/A. e Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo providências no sentido de que sejam instaladas agências dos referidos bancos no Distrito de São João, município de Altônia. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Amadeu Puppi, Presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, encarecendo uma atenção ao meio de criação do Curso de Engenharia Agrônômica na Universidade Estadual de Ponta Grossa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referentes a reajustes salariais. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre quanto dispense o Governo mensalmente com o escritório da representação do Estado, na Capital do Rio de Janeiro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações, sobre quanto vem dispendendo o Governo para a manutenção do Programa "Paraná em Marcha", que está sendo levado ao ar, por quase todas as emissoras de radiodifusão do Estado. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, para amanhã, dia 12, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 68/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 69/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 70/76.

Marcando ainda, uma sessão, para o dia 13, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 56/76, 57/76, 61/76, 62/76 e 63/76.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA Nº 464/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7040, de 10 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JUVENAL JAVORKI, matrícula número 568, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de agosto de 1976.

(a) ISMAR DELLAGASSA PASSOS - Diretor Geral em exercício